

Identidade e Inclusão Social

Eliana Müller de Mello¹

Micheline Kruger Neumann²

Paulo Renato Thiele³

Christian Coiro Spessato⁴

Daine Aline Port⁵

RESUMO

Neste trabalho, discutem-se os conceitos de poder, subjetivação e (a) normalidade, bem como os conceitos de cultura em relação à temática da Diferença e da Inclusão Social. Tal discussão é feita no sentido de expor a fundamentação de uma pesquisa em andamento sobre a produção da identidade da mulher no imaginário social através de três eixos norteadores da pesquisa: midiático, biológico e territorial. Pretende-se uma análise de como se constrói um discurso sobre os sujeitos “diferentes”, atentando para os vazios do simbólico em relação à normalidade e à inclusão.

PALAVRAS-CHAVE

inclusão. Representação. Discurso. Cultura.

ABSTRACT

In this research the concepts of dominion are argued, subjectivity and (ab)normality, as well as the concepts of culture in relation to thematic of the Difference and the social inclusion. Such quarrel is made in the direction to display the recital of an in progress research on the production of the identity imaginary woman in social through the three axles central of the research: the media, biological and territorial. An analysis is intended of as if it constructs a speech on "the different" citizens, attempting against for the emptinesses of the symbolic one in relation to normality and inclusion.

KEYWORDS

Inclusion. Representation. Speech. Culture.

Inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*), no seu sentido etimológico, significa *conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de*. Assim, falar de inclusão é falar do indivíduo que se sente contido na sociedade, ao participar daquilo que o sistema oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e as programações sociais. Falar de inclusão é remeter a situações concretas que ilustrem a afirmação: “O princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade. Cada pessoa tem uma contribuição a dar” (DENS, 1998).

No processo de inclusão, busca-se dissipar as barreiras e os estigmas consolidados em relação a grupos socialmente marginalizados, dos quais fazem parte os portadores de deficiência, a diversidade étnica, religiosa e sexual. A mobilização da sociedade como um todo, ao estabelecer um real processo de inclusão social, definirá claramente o direito das pessoas, portadoras de deficiência ou não, a viverem uma vida tão normal quanto lhe seja possível, sem que a segregação provenha de nenhum aspecto relativo ao sistema social, especialmente do sistema educacional. Trata-se de assegurar igualdade de oportunidades e não de estabelecer privilégios e de abandonar a concepção paternalista da lei, que apenas concede benefícios, pelo conceito superado da deficiência nas leis que reconhecem os direitos sociais de poder desempenhar suas capacidades com igualdade de oportunidades.

Muitos foram os fatores que determinaram essas mudanças. Em nível macro, os movimentos mundiais

¹ Professora do curso de pós-graduação em Inclusão e da Escola de Educação Básica Feevale. Graduada em Letras e Literaturas. Especialista em Linguística Aplicada e em Metodologia de Ensino. Mestre em Educação. E-mail: elianad@feevale.br.

² Professora da Escola de Educação Básica Feevale. Graduada em Ciências Biológicas. Especialista em Gestão para o Meio Ambiente. E-mail: michelinen@feevale.br.

³ Professor da Escola de Educação Básica Feevale. Graduado em Geografia. Especialista em Gerenciamento Urbano. Mestre em Geografia. E-mail: paulort@feevale.br.

⁴ Professor da Escola de Educação Básica Feevale. Graduado em Comunicação Social. Especialista em Administração de Marketing. E-mail: christiancoiro@feevale.br.

⁵ Professora da Escola de Educação Básica Feevale. Graduada em História. E-mail: daine@feevale.br.

que mobilizaram a sociedade como um todo em relação à construção de um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores, práticas e atitudes em torno de grupos socialmente marginalizados. Em um nível menor, as mudanças, operadas no interior da educação escolar, voltadas ao reconhecimento das diferenças entre seus alunos, promovendo, sempre que possível, a aprendizagem conjunta de todas as crianças, independentemente de suas condições sócio-culturais ou características pessoais. Em se tratando exclusivamente de educação, o objetivo essencial da inclusão é a equiparação de oportunidades educacionais escolares para igualar os direitos de todos à educação. A mudança de paradigma em direção à consolidação de uma sociedade inclusiva, na qual se respeitem as diferenças, exige dos órgãos governamentais não apenas o respeito à diversidade social presente na escola, mas, sobretudo, um compromisso em direção à construção de políticas públicas, voltadas ao reconhecimento dessas diferenças.

Contudo, a realidade nos coloca diante de outro cenário, minúsculo, no qual enormes contingentes populacionais estão excluídos, sequer sabendo de seus direitos. Padecem da pobreza política manifesta como **não ter e não ser**. “*Uma é de ordem socioeconômica, quantitativa, material; a outra é de ordem política, qualitativa, imaterial*” (Demo, 1988 p. 18). Em ambas as situações (que não são, necessariamente, interdependentes), estão caracterizadas a desigualdade e a diferença que combatemos no discurso, mas que perduram e se acentuam no cotidiano, em especial em nosso país de dimensões continentais. A diferença produzida pela pobreza material manifesta-se como baixos salários, falta de renda e de trabalho, falta ou insuficiência de serviços de qualidade nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte, lazer... diferenças produzidas pela pobreza política têm menor visibilidade, embora se manifestem de forma perversa como opressão, dependência, estigmatização, segregação e exclusão.

Pensar uma sociedade para todos, na qual se respeita a diversidade da raça humana, é alicerçar a crença de que todas as pessoas têm direito à participação ativa nas relações sociais. A inclusão é para todos porque somos diferentes, diz Werneck (1997). Por isso, atender às necessidades das majorias e minorias é concretizar a realização da sociedade inclusiva, que busca dissipar barreiras e estigmas, consolidados em relação a grupos marginalizados socialmente.

INCLUSÃO: UMA QUESTÃO DE POSTURA

A Declaração de Salamanca (1994) reflete no seu contexto o consenso mundial sobre a configuração de novas linhas de ação na prática da inclusão. Propõe uma revolução de valores e atitudes na estrutura da sociedade e da própria educação escolar. Trata-se de um novo modo de interação social, inspirada no princípio de igualdade de oportunidades e no reconhecimento.

Considerando que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, não é possível conciliar democracia com as injustiças sociais. O desafio é construir uma sociedade democrática, calcada na igualdade, na liberdade, em que os direitos humanos sejam respeitados e protegidos, repudiando-se as desigualdades sociais e todas as perversas formas de exclusão de qualquer indivíduo. Portanto, o direito de ter direitos é extensivo a todos, particularmente àqueles grupos minoritários que têm estado em situação de desvantagem no que tange à qualidade de vida, à dignidade, à liberdade, à participação na vida familiar e comunitária, à igualdade de oportunidades em saúde, educação, trabalho, lazer e à participação social. Assim, o exercício da cidadania não pode se restringir, somente, à questão de direitos e deveres de uma parcela da população, devendo abranger, também, as questões referentes aos grupos excluídos ou rejeitados pela sociedade.

O grande desafio é estar atento para impedir que os direitos dos homens e das mulheres, assegurados nas leis de um país, de um estado, de um município e repetidos nos discursos, sejam desrespeitados na vida prática. Com o movimento pela inclusão, almeja-se a construção de uma sociedade compromissada com as minorias, que valorize a diversidade humana, que respeite a dignidade de cada indivíduo, a igualdade de direitos a oportunidades e o exercício efetivo da cidadania, com liberdade de expressão. Ao fazermos uma retrospectiva da história do homem, enquanto sujeito social, verificamos que as formas de pensar (consciência) e de agir (prática social) da sociedade estão diretamente ligadas às formas de produção econômica que têm determinado o modelo de homem, considerado ideal em cada época, bem como têm inspirado as práticas sociais de aceitação e exclusão daqueles considerados participativos e capazes, desde que sejam respeitados e valorizados em suas diferenças e lhes sejam oferecidas oportunidades.

Como tendência internacional, a proposta inclusiva é meta a ser perseguida e alcançada por todos aqueles comprometidos com o cidadão. Entretanto, a viabilidade de sua implementação depende de um amplo processo de sensibilização e conscientização acerca da aceitação de toda e qualquer pessoa excluída da vida social e da compreensão de seu direito à cidadania plena. Nessa perspectiva, inclusão social é compreendida como “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com diferenças étnicas, religiosas, lingüísticas, de gênero, com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, em um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (Sasaki, 1997, p. 3).

Nesse sentido, a inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços. É um novo paradigma de

pensamento e de ação para incluir todos os indivíduos numa sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção. Autores nacionais e internacionais que se dedicam ao estudo da inclusão reconhecem que muitos são os obstáculos existentes. Diante deles, ou assumimos uma postura de negação e fuga, deixando de enfrentá-los, ou os encaramos como desafios a serem superados, para o que se fazem necessárias algumas ações de enfrentamento. Tais ações alicerçam-se na crença no potencial humano e na vontade política de “fazer acontecer”, a despeito dos inúmeros obstáculos citados na literatura sobre o tema, tais como os aspectos atitudinais que dizem respeito às representações sociais em relação à diferença. Constata-se que ainda predominam os preconceitos e os estigmas que discriminam e excluem os “diferentes”. As linhas de ação estabelecidas pretendem provocar mudanças de atitude frente à diversidade, construindo um novo imaginário mais condizente com as potencialidades dos indivíduos, em vez da valorização de suas diferenças.

Numa sociedade tão carente de soluções, em todas as suas vertentes, no estágio de maior ebulição cultural dos últimos tempos, a inclusão assume um papel mais do que importante no desenvolvimento de cidadãos saudáveis para assegurar a qualidade de vida, seja do corpo social como um todo, seja de cada indivíduo. Esta é a semente que pretendemos plantar. A consolidação de um novo paradigma de atitudes e comportamentos com relação às pessoas ditas “diferentes” depende de uma consciência coletiva para finalmente atingir uma forma ideal de inserção, que é a inclusão de todos, deficientes ou não, na vida da nação e em todos os tipos de atividade nela representadas. Para vencer essas dificuldades, é essencial ter uma compreensão mais objetiva do processo de produção da exclusão. Temos que agir para estimular a nossa sociedade e seus membros a atingir níveis de compreensão mais desenvolvidos e, conseqüentemente, a externalização de tal compreensão em ações e atitudes mais apropriadas com relação à exclusão social. Esse é o objetivo principal da construção de uma sociedade inclusiva.

A ousadia, objetiva e bem direcionada, parece ser, pois, a chave para se repensar e reformular a formação das novas gerações. Só chegaremos lá quando as diferenças, a diversidade entre os seres humanos constituírem o marco fundamental da versão que se intenta elaborar como o projeto para os que nos sucederão na história. Nesse sentido, a educação pode ser a propulsora de debates e ações que venham a desmistificar os mitos e estereótipos construídos socialmente nas representações de gênero, etnia, religião, cultura. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, nos seus pressupostos, objetivos e nas suas indicações, admitem a pluralidade de concepções pedagógicas e do próprio fazer educativo. Caberá à unidade escolar construir seu próprio projeto curricular e prever, em seus aspectos filosóficos, ideológicos, sociológicos e pedagógicos, as adequações e os procedimentos

necessários para entender e desconstruir as diferenças produzidas através de práticas sociais.

Nesse sentido, analisar as práticas sociais como práticas culturais significa, por conseguinte, buscar entender o que se produz e reproduz no imaginário social e o que torna possível tais processos. Se estudar o processo de reprodução implica estabelecer a continuidade, num sentido analítico, de certos conteúdos sociais no tempo ou no espaço, trata-se de observar e analisar a continuidade dos conteúdos culturais e simbólicos que fundamentam práticas legitimadoras das desigualdades das pessoas não enquadradas na “normalidade” social, enquanto mudam, historicamente, as formas que asseguram tal continuidade.

UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Através da linguagem – e do silêncio – aprendem-se modos de ser homem/mulher, branco/negro, hetero/homossexual, pobre/rico, com síndromes, surdo, mudo, cego e outros muitos considerados “diferentes” e, portanto, fora da normalidade produzida pelo imaginário social. Nesse sentido, desenvolvemos, na Escola de Educação Básica Feevale – Escola de Aplicação, o projeto “*Identidade e Inclusão social: Educar pela Pesquisa*” com os alunos do Ensino Médio. O objetivo desse projeto, portanto, é investigar de que forma algumas instituições vêm atuando como pedagogias culturais e que identidades têm sido privilegiadas em suas representações. Nesse aspecto, procuramos mostrar as implicações das representações culturais na constituição das identidades dos sujeitos. Neste ano, detivemo-nos, então, à análise da representação e construção, em especial, da identidade da mulher no imaginário social a partir de três eixos norteadores: midiático, biológico e territorial.

A partir desses eixos norteadores, estão sendo pesquisados os modos como as identidades da mulher foram construídas socialmente e os mecanismos usados para a produção da diferença no imaginário social, ou seja, como estão sendo subjetivados em diferentes espaços, quais os mecanismos que estão imbricados nessa subjetivação, que efeitos têm esse processo de constituição de determinadas subjetividades. Esta constituição tanto está relacionada a esta produção quanto, mais do que isso, refere-se ao enquadramento da mulher – a partir, principalmente, do disciplinamento de seu corpo – num determinado código de conduta/comportamento considerado como “o normal” e como “o mais adequado” para que se possa partilhar das experiências e, mais ainda, para que se possa viver no mundo contemporâneo.

Este projeto trata-se, antes, de uma análise que busca tão somente tentar compreender como as instituições atuam na produção de identidades da mulher e na sua diferenciação no grupo social, sob que lógica operam as diferentes categorias/elementos neles em funcionamento, de que forma e através de que mecanismos tais categorias/elementos são produzidos e, ainda, que efeitos as práticas disciplinares têm na

construção de determinados modos de ser quanto às questões de gênero. Não para propor uma destruição e/ou uma transformação desses lugares ou dessas práticas sociais, mas para que, através de “pequenos” detalhes, sutilezas, minúcias, astúcias, arranjos – aparentemente desinteressados – possamos rever algumas de nossas verdades, questionarmos algumas de nossas certezas e, assim, quem sabe, dar vez ao *impossível* em nossa forma de ver, pensar e agir no mundo.

O poder não emana de um único ponto, isto é, ele é exercido por múltiplas forças e grupos que regulam nossa existência. Nesse sentido, muitas instâncias e autoridades também se consideram capazes de vigiar, julgar e marcar as diferenças de gênero. Instâncias que, através de distintos processos, detêm legitimidade social para proclamar a “*verdade*” sobre os sujeitos, para demarcar o certo e o errado, o normal e o patológico; para decidir quem é decente ou indecente, legal ou ilegal. Discursos científicos, religiosos, jurídicos e educacionais produzem esses limites e estabelecem quem está no centro e quem ocupará as margens. Tais discursos não são sempre convergentes. Podem ter sido historicamente concorrentes ou, algumas vezes, complementares. Podem se combinar de formas sutis e intrincadas ou podem se contrapor, interpelando distintamente os sujeitos, fazendo-os oscilar e escolher, ou seja, produzindo identidades e diferenças.

Todavia, a história das mulheres, e também sua participação como agentes históricos, constitui-se de um objeto historiográfico recente. Os estudos puderam efetivar-se a partir da década de 1960 e receberam tratamento diferenciado, dependendo das correntes historiográficas. Um dos grandes diferenciais para que pudéssemos refletir sobre a participação feminina na história deveu-se à abordagem da História Cultural e aos novos documentos historiográficos aceitos em virtude de que eles “*nos possibilitam aceder às representações que se fizeram, noutros tempos, sobre as mulheres*” (PRIORE, 2001, p. 08).

Ainda que hoje as pesquisas estejam avançando, podemos nos considerar apenas iniciando os estudos acerca de gênero e da concepção de mulher. Assim, urge a necessidade de pensarmos sobre a produção do feminino nas várias instâncias legitimadoras e produtoras de “*verdades*” pré-estabelecidas, pois

a história moderna das mulheres, idêntica à dos homens, é a história das formas de uma redivisão. Esta história joga-se na cena pública instaurada pela declaração revolucionária igualitária: a história das aparências da igualdade. (DUBY & PERROT, 1993, p.5).

Nessa perspectiva, grupos distintos traçam fronteiras diferentes para determinar a adequação ou marginalidade dos sujeitos. Obviamente, nesse traçado estão inscritas relações de poder. A aprendizagem dos lugares sociais pelos indivíduos é feita desde muito

cedo, em múltiplas instâncias e, por vezes, através de mecanismos tão sutis que se torna extremamente difícil percebê-las. Nesse processo, a produção das identidades de gênero tem uma centralidade que é, frequentemente, dissimulada ou negada pelos discursos. Nessa perspectiva, consideramos que a produção das identidades no imaginário social dá-se, no mínimo, por três dispositivos pedagógicos: midiático, biológico e territorial.

NÃO AGUARDEMOS A PRÓXIMA NOTÍCIA: SOMOS A PRÓXIMA NOTÍCIA

No eixo midiático, interessa-nos descrever as diferenças, mostrar como a TV cria ou reforça processos de inclusão e de exclusão, quanto a classe social, gênero, etnia, geração, profissão. Ou seja, a transformação de nossas vidas em espetáculo está diretamente relacionada a uma série de preconceitos, a uma série de valores e de definições a respeito do que são, por exemplo, determinados grupos na sociedade: as mulheres, os negros, os pobres, os adolescentes de classe média, os trabalhadores, etc.

Há, portanto, a necessidade em “*desmanchar*” os materiais televisivos a fim de analisar o processo de ensino e de aprendizagem de formas de agir, sentir, atribuir valores, através de uma leitura criteriosa da esfera cultural. Essa é a tarefa que, certamente, inclui o debate a respeito das formas de controle da sociedade civil sobre aquilo que é produzido e veiculado pela televisão. Trata-se de uma proposta destinada, nos diferentes níveis de escolarização, a mergulhar na ampla diversidade da produção audiovisual disponível em filmes, vídeos, programas de televisão e que, certamente, nos informará sobre profundas alterações ocorridas nas últimas décadas nos conceitos de cultura erudita, cultura popular, cultura de massa e artes visuais, mas especialmente sobre importantes mudanças nos modos de subjetivação, de constituição do sujeito contemporâneo.

Operar científica e pedagogicamente com os produtos midiáticos significa trazer à tona, mais amplamente, o problema da cisão ou da distância entre cultura, sociedade e indivíduo. É indagar sobre, afinal, como cada um de nós participa dos processos de produção de sentidos na nossa sociedade, como cada um de nós está submetido a normas e regras veiculadas não apenas nos lugares tradicionais de “*doação de identidade*” (Costa, 1998), mas, sobretudo, nos meios de comunicação. O estudo midiático busca analisar a distância ou proximidade entre os modos pelos quais, por exemplo, as mulheres brasileiras de diferentes posições sociais são mostradas nos comerciais que vendem bombons, sapatos, máquinas de lavar roupa, temperos para a cozinha, computadores ou cerveja... Como se complementam ou entram em choque as conquistas de uma certa sociedade, em termos de suas relações políticas, jurídicas, econômicas e, também, as formas de sociabilidade construídas e veiculadas nos espaços da mídia quanto à produção do feminino? De

que modo os sujeitos individuais se sentem, de alguma forma, representados ou excluídos nas narrativas televisivas?

Nesse estudo, busca-se desmistificar as relações entre a TV e o tratamento que a sociedade confere aos chamados "*diferentes*". Ora, todas as questões em torno do tratamento das diferenças de gênero (de etnia, de geração, de condição social, de profissão, etc.) estão, sobretudo, relacionadas a modos de representação, de enunciação, a formas de interpretação e de comunicação. Ou seja, há uma imensa responsabilidade dos meios de comunicação, particularmente da TV, que aqui nos interessa, no que se refere aos modos de nomear os diferentes. Em que medida essa identidade do diferente é tratada como diferença a ser excluída ou normalizada; ou então, numa outra perspectiva: em que medida esse "*outro*" (padrão de mulher construído pela sociedade) ganha visibilidade como diferença a ser reconhecida socialmente? Pensando assim, percebemos a grande abrangência e o poder exercido pela mídia que trabalha representações de características físicas e de comportamentos que são importantes para identificação da mensagem do veículo com a sociedade, pensando também mercadologicamente na audiência e no retorno que a comercialização de espaços irá trazer - algo importantíssimo para definições de forma e conteúdo do que será abordado.

Alguns dos materiais já analisados pelos alunos mostram justamente que convivem, na TV, distintos tratamentos do "*outro*": ora a mulher negra é incluída, por ser reconhecida como alvo do mercado (é assim que uma mulher negra de seus 30 anos pode aparecer num comercial do desodorante "*Dove*"); ora é fixada no seu papel de subalterna nos repetidos papéis das atrizes negras em telenovelas; ora a mulher de seus 40 ou 50 anos, de classe média, aparece na sua possível e necessária juventude e autonomia profissional, cobrindo-se de cremes perfumados da "*Natura*"; ora oferece-se como plenamente submissa servindo ao marido que chega do trabalho, o verdadeiro "*amor*" do tempero "*Sazon*", devidamente acompanhada da empregada doméstica. Conforme Fischer (2001), há modos muito específicos de endereçamento de um comercial, de um filme, de um programa de TV, e esses modos de endereçamento dizem respeito a certas posições de sujeito esperadas.

A partir disso, percebe-se a mídia, com suas mensagens, como um meio que contribui fortemente para formação da identidade social e individual na sociedade. Del Priore (2001) ressalta que o fim do século XX inventou, segundo Jean-Paul Aron, um narcisismo coletivo, uma estética insólita do amor de si. A beleza instituiu-se como prática corrente, pior, ela consagrou-se como condição fundamental para as relações sociais. Banalizada, estereotipada, ela invade o cotidiano através da televisão, do cinema, da mídia, explodindo num todo – o corpo nu, na maioria das vezes – ou em pedaços, pernas, costas, seios e nádegas. Nas praias, nas ruas, nos estádios ou nas salas de ginástica, a

beleza exerce uma ditadura permanente, humilhando e afetando os que não se dobram ao seu império. Percebemos que grande parte das mulheres possuem uma preocupação exacerbada com as suas características físicas (estética e peso) a partir de padrões sociais criados pelos meios de comunicação de massa tanto eletrônicos quanto impressos e que, muitas vezes, colocam em risco a sua saúde para se sentirem incluídas em determinado grupo. O elevado aumento de cirurgias plásticas estéticas entre as jovens e o destaque do Brasil no *ranking* de cirurgias plásticas do mundo reforça esta manifestação social.

Nessa perspectiva, segundo Fischer (2001), há uma expectativa e um desejo por parte dos produtores, criadores, emissores..., mas há também uma operação dos sujeitos sobre esses produtos e sobre todo esse processo comunicacional, que é bem mais complexo do que simplesmente a existência de um programa de TV que é veiculado e recebido no espaço da intimidade doméstica. Nessa prática comunicacional, se produzem ou se veiculam modos de ser e de considerar o "*outro*" como o diferente. Certamente, estão em jogo aqui questões de ordem ideológica, questões que envolvem diretamente relações de poder.

RESPEITO À DIVERSIDADE

Mesmo com vários movimentos em defesa das mulheres, ainda podemos falar em discriminação do sexo feminino e da invisibilidade das mulheres. As mulheres ainda lutam pela igualdade de direitos entre os sexos, o acesso à educação e aos cuidados básicos de saúde. Segundo discurso do secretário-geral da ONU (2005), cerca de 201 milhões de mulheres em todo mundo não têm acesso aos métodos anticoncepcionais eficazes, setenta por cento da população vive atualmente em estado de pobreza e dois terços das pessoas analfabetas são mulheres ou crianças de sexo feminino.

Portanto, quando é debatida a questão da inclusão, pode-se verificar que uma das identidades que está à margem da sociedade e que gera polêmica nesse tipo de discussão é o estudo de gênero, quando é abordada a mulher, pois, queiram ou não, as pessoas são rotuladas pelas outras mediante o sexo que apresentam.

Pode-se considerar que os diferentes tipos de identidades são produtos da construção da sociedade e da história na qual se mantém a relação de poder. No entanto, a Biologia, como ciência, assegura, mediante a sociedade, que somos o resultado da nossa genética, sendo que essa diferenciação entre homens e mulheres já ocorre há alguns séculos.

Defendia-se desde a Grécia antiga que só haveria um sexo biológico e que, dependendo da quantidade de calor recebido no desenvolvimento embrionário, esse corpo seria mais ou menos perfeito. Sendo que o homem, considerado então o corpo perfeito, receberia o calor suficiente para externalizar os órgãos reprodutivos, enquanto a mulher, ditada como

corpo imperfeito, formar-se-ia a partir da falta de calor nos órgãos reprodutivos, os quais permaneceriam internos. A partir, então, dessa escala de perfeição, estava associada uma relação hierárquica na sociedade.

Pesquisas mais recentes quanto ao gênero, na área da medicina, revelam que as diferenças entre homens e mulheres perpassam a forma dos seus órgãos sexuais e que há mais diferenças fisiológicas do que supunham tais pesquisadores. Então, se pergunta: que diferenças (fisiológicas, morfológicas e genéticas) são essas, que fazem com que mulheres e homens sejam, por vezes, tratados de formas distintas? Será que de fato o homem é mais inteligente que a mulher? Eles possuem uma percepção melhor de espaço? Elas têm uma melhor fluência verbal? E quanto às doenças, há uma pré-disposição por ser homem ou mulher? Os hormônios, que são distintos entre os sexos, fazem ou não diferença?

Nesse sentido, a partir dos primeiros estudos já realizados pelos alunos através do Eixo Biológico, observou-se que há características nas quais homens e mulheres apresentam semelhanças, das quais podemos citar, como exemplo, a transmissão das características genéticas associadas aos cromossomos autossômicos, que ditam características tais como formato do rosto, covinha no queixo, albinismo, miopia, cor da pele, formato da boca e do nariz, entre tantas outras. Tais características manifestar-se-ão de acordo com as informações genéticas providas dos genitores e independem do sexo do indivíduo.

Nesses primeiros estudos, os alunos também constataram que há algumas diferenças. Essas, na maioria, ditadas pelas diferenças na fisiologia dos órgãos e sistemas, na qual podemos citar a ação de diferentes hormônios, sendo que os homens produzem a testosterona, responsável por reger a expressão das características físicas masculinas, e as mulheres, o estrógeno, que se equivale à testosterona nos homens e que é produzido por seus respectivos órgãos sexuais. Essa diferença, por exemplo, hormonal faz com que as mulheres sejam mais suscetíveis ao estresse do que os homens e que tenham uma atividade imunológica mais estimulada e mais eficiente do que eles.

Todavia, essas diferenças são meramente fisiológicas, biológicas e genéticas. Assim, não podemos deixar que essas semelhanças ou diferenças existentes entre homens e mulheres sejam utilizadas para inferiorizar a mulher, para tolher os seus direitos ou para deixá-la à margem da sociedade, excluindo-a e impedindo-a de ser exercer a cidadania e ter o direito à liberdade de ação e de expressão. Portanto, a partir desses primeiros resultados, busca-se instigar os alunos na continuidade das pesquisas, com o intuito de desmistificar as diferenças produzidas a partir, então, das práticas sociais.

INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade

reflete a multidimensionalidade do “vivido” pelos membros de uma coletividade na sociedade em geral. Segundo esse autor, os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder, uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores também se modificam.

Nesse aspecto, fica claro o papel que os agentes econômicos desempenham na construção das sociedades nos seus mais diversos segmentos, que se materializam no espaço vivido ou no agrupamento de indivíduos, o que Milton Santos (2000) definiu como a “materialidade das intencionalidades”.

Contudo, a territorialidade não deve ser confundida como sendo o elementar espaço necessário à sobrevivência. A identificação com o espaço é tomada no processo de socialização, sobressaindo-se da psicologia coletiva. Ela contribui para a elaboração da identidade do grupo. Contrariamente ao que acontece com as “raízes”, esses princípios são “portáteis” e permitiram aos migrantes, pioneiros e outros grupos, reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios. Isso é o que permite, inclusive, a cada migrante que se desloca em novos espaços, no interior de uma mesma nação, de uma cidade para outra, refazer seu “território”. Portanto, segundo Brunet (1993), a territorialidade parece ser um elemento útil à coesão dos grupos sociais. Por outro lado, ela é uma fonte ou um apoio a hostilidades, exclusões e ódios.

Nesse sentido, a escolha pelo estudo do gênero feminino deve-se à subordinação histórica da mulher em relação ao homem e pela sua recente participação nas atividades sociais. Durante muito tempo sua participação, também, foi negligenciada pelos historiadores que produziam uma história voltada aos grandes personagens masculinos. Contudo, conforme Georges Duby e Michelle Perrot (1993), esse panorama histórico já está sendo modificado em alguns países:

Hoje em dia, é na Rússia, no Japão e na Índia, no Brasil e no Norte da África que mais vivamente se manifesta um desejo por parte das mulheres de fazerem a sua história. Como se a escrita desta forma de constituição do sujeito acompanhasse o caminho difícil que leva à democracia (p. 13).

Dessa forma, o Eixo Territorial busca compreender e analisar o papel da mulher na sociedade do Vale do Sinos a partir da avaliação de sua inserção no mercado de trabalho e do seu papel na relação capital e trabalho, a partir de uma perspectiva de poder que se estabelece em diversos espaços da sociedade e se materializa no território. A sociedade, assim, cria os mecanismos de poder e, conseqüentemente, de

exclusão que, por sua vez, são materializados no território.

Assim, o território vai se fragmentando em diversos espaços, refletindo o modelo de organização da sociedade. Portanto, há os espaços bem-dotados dos serviços para a classe socialmente mais privilegiada, os espaços carentes de serviços urbanos para as classes socialmente menos abastadas e, por fim, os espaços dos excluídos tanto territorial como socialmente.

Essas pesquisas, realizadas através do Eixo Territorial, buscam entender como se articulam esses mecanismos de inclusão e exclusão social e, por conseqüência territorial, a partir do papel que a mulher, tida como minoria na sociedade, desempenha e sofre nesse contexto. Para justificar e reconhecer essa lógica social, busca-se avaliar e comparar a inserção da mulher no mercado de trabalho, mais especificamente, no setor coureiro-calçadista do Vale do Rio dos Sinos.

Alguns estudos iniciais, já realizados pelos alunos, a partir de artigos de centros de pesquisa demográfica, como o DIEESE e IBGE, apontam que as mulheres têm salários menores que os homens, bem como assumem maiores despesas no orçamento familiar. Esses estudos apontam que a presença feminina é crescente nos diferentes ramos da economia e que representam a maioria nas universidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As complexas mudanças em curso na modernidade, marcadas pelo processo de globalização econômica e cultural, exigem novas dinâmicas de interação social sublinhadas por reflexões críticas acerca dos paradigmas atuais e das práticas sociais que têm surgido. Um dos efeitos desse processo de mudanças ocorridas, principalmente, no último século, e que se intensificaram, vertiginosamente, nas últimas décadas, é a exigência de um reequacionamento do papel da educação, particularmente o da educação escolar.

Nessa perspectiva, a educação escolar desempenha relevante papel no processo de inclusão social e ao promover, sempre que possível, a aprendizagem conjunta de todas as crianças, independente de suas dificuldades e diferenças. As barreiras de acesso ao conhecimento historicamente acumulado, as estruturas burocráticas e inflexíveis das escolas, as práticas pedagógicas homogêneas, rotulantes, classificatórias, aquarelam o quadro do fracasso escolar e constituem-se em instrumento real de frustração de esperanças e de exclusão social. Por isso, é necessário que a escola não tenha medo de arriscar e efetive na prática a reflexão e a desmistificação de estereótipos construídos por diversos mecanismos na sociedade, buscando alternativas com vistas a atender à diversidade social, pois é a educação que permite ao homem assimilar a experiência historicamente acumulada e culturalmente organizada (Edler, 1998, p. 6).

Para tanto, a proposta de sociedade inclusiva contém, implícita, a idéia de mobilização dos diversos segmentos sociais na busca do bem-estar de todos. São necessárias transformações intrínsecas, quebrando-se as barreiras cristalizadas em torno dos grupos estigmatizados e excluídos. Sob esta perspectiva deve estar a idéia de valorização da diversidade. Assim, a escola precisa entender que seu papel é muito mais do que ensinar conteúdos. Ela precisa formar cidadãos, sua avaliação *extramuros*, traduzida por Demo, (1998, p.112) mostra que o papel da educação assume um significado social e econômico de extrema relevância, sem com isto deturpar o ambiente próprio do mérito acadêmico. No entanto, submeter-se a um papel secundário de tradutor de informações é negar a função social da escola. Hofmann (2000) relata que um sem-número de educadores concorda que a construção do conhecimento pelo educando se dá de forma dinâmica e progressiva, não havendo início, meio ou fim nesse processo. Cada hipótese, construída pelo aluno, estará constantemente sendo refutada por ele, ampliada, completada a partir de suas experiências de vida e do seu desenvolvimento geral, das provocações intelectuais sofridas dentro e fora da escola.

Portanto, na atualidade, não podemos conceber a educação sob o prisma de uma visão estática, em que “se atende” à necessidade básica sem perspectiva de uma evolução significativa. É necessário ressignificar o diferente em educação como essencial à condição humana, como positivo e desencadeador das relações de cooperação. Segundo Hofmann (2000), a sala de aula é o espaço do questionamento, da atividade intelectual intensa do sujeito aprendiz sobre o objeto do conhecimento. Atividade que não deve ser entendida apenas no âmbito do “fazer”, “aplicar”, “manipular”, mas da atividade mental, no sentido de o aluno estar envolvido em pensamento e sentimento com os assuntos trabalhados, isto é, um aluno embebido pelo “educar pela pesquisa”. Só assim é que teremos uma verdadeira sociedade inclusiva, formada sobre a base da equidade, por cidadãos críticos, conscientes e transformadores da realidade atual.

REFERÊNCIAS

- BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. **Lés mots de la Géographie;** dictionnaire critique. Reclus-La Documentación Française, 1993.
- COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...**Porto Alegre: Ed. Universidade/URFGS, 1998.
- DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1999, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** São Paulo: Cortez, 1998.

DENS, A. **La Educación Especial una visión Sobre la integraci3n y la inclusi3n desde um enfoque pedag3gico**. Tema livre apresentado no II Encontro Mundial de Educaci3n Especial, Havana, Cuba, 1998.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **As mulheres e a hist3ria**. Lisboa: Publica33es Dom Quixote, 1993. (Tradu33o: Miguel Serras Pereira).

EDLER, Rosita Carvalho. **Removendo barreiras para aprendizagem: educa33o inclusiva**. Porto Alegre: Media33o, 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televis3o e educa33o: fruir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Aut3ntica, 2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avalia33o**. Porto Alegre: Media33o, 2000.

PRIORE, Mary del (org.). **Hist3ria das Mulheres no Brasil**. 5. ed. S3o Paulo: Contexto, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. S3o Paulo: 3tica, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globaliza33o: do pensamento 3nico 3 consci3ncia**

universal. Rio de Janeiro. Record, 2000.

SASSAKI, Romeu K. **Inclus3o: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNER, Cl3udia. **Ningu3m mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.